

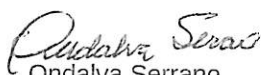
Ata da 32ª. Assembleia Geral do COMDEMA- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. No decimo oitavo dia do mês de julho de dois mil e dezoito às 19 horas, na Câmara Municipal de São Roque, contando com a presença de 10 participantes, dos quais 7 Conselheiros, cuja lista de presença encontra-se registrada na pagina 11 do livro de presença número 1, e tendo por itens de pauta da reunião:

- 1- Aprovação da ata da 31ª. Assembleia do COMDEMA, realizada em 21-06-18.
- 2- Apresentação pelos grupos de trabalho que já tiveram conteúdo a ser apresentado ou a ser discutido.

Dando início à 32ª. Assembleia Geral do COMDEMA o Vice-Presidente Paulo Renato Mazzaro fez sucinta apresentação de sua trajetória e suas ações atuais no campo da arquitetura, paisagismo e planejamento e a seguir justificou a ausência do Conselheiro Jean, do IFSP, que não poderá comparecer a Assembleia. Informou a todos que a senhora Ana Paula foi substituída pela senhora Juliana Caldevilla, que assumiu o Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura e que o Sr. Marcio é o novo fiscal e que compondo a equipe ambiental deve participar da Guarda Ambiental do município. Dando início ao processo de leitura e reflexão sobre a Ata da 31ª. Assembleia Geral do COMDEMA, o arquiteto Paulo conduziu a leitura sintética de cada um dos diferentes itens apresentados para conhecimento e análise de todos os presentes. A medida em que a leitura e as observações foram sendo feitas os Conselheiros presentes foram também expressando seus pareceres frente ao momento atual de fragilidade ambiental decorrente da falta de consciência ambiental de grande parte da população. Foi dado destaque aos diferentes problemas atuais como o caso de incêndios por todos os bairros e distritos do município, decorrente também da falta de chuvas e as problemáticas do atendimento dos bombeiros para todas as demandas que se ampliaram no presente momento. Foi comentado sobre o setor de Bombeiros quanto a seus procedimentos, as escalas de prioridade frente ao nível de risco do incêndio e de pessoas acidentadas; foi avaliado que o setor só dispõe de um veículo para atender a quatro municípios da região e ainda não conta com quadro efetivo de equipe habilitada o que fragiliza a Defesa Civil na região; refletiu-se também sobre a fragilidade do socorro às empresas acarretando várias mudanças nos procedimentos e se levantou a possibilidade de manutenção de equipes de voluntários no âmbito da prefeitura, porém sabendo-se que o ônus vai cair sobre a prefeitura. Retomando a problemática dos resíduos sólidos fruto do lixo gerado pelos diferentes segmentos da sociedade e se constituindo no Raio X do cenário atual de nossa sociedade foi sugerido formar e consolidar o Grupo de Trabalho dos Resíduos Sólidos e suas etapas de ação: 1- grupo de licitações, 2-grupo que já dispõe de Convenio e tem necessidade de estagiário, 3- grupo da Coopersol, incapaz de solucionar a complexa problemática atual por falta de profissionalismo, onde vários profissionais deixaram a cooperativa para conduzirem seus papéis de autônomos; e 4- grupo do IFSP composto de professores e estudantes estagiários. Foi comentada também a existência de catadores com Kombi e sem licença para tal, ao lado de irregularidades diversas a serem trabalhadas e solucionadas; a fragilidade atual de conhecimento e profissionalização do setor de resíduos sólidos está a exigir investimento em capacitações e o IFSP conta com profissionais trabalhando Curso Técnico em Gestão Ambiental que poderia ser objeto de programas de formação e capacitação dos trabalhadores locais de coleta seletiva de resíduos sólidos. Fruto das análises das irregularidades atuais e suas possíveis formas de busca de soluções os Conselheiros presentes à Assembleia destacaram a necessidade de elaboração de plano de ação frente à existência de 12 aparas, tanto no âmbito do legal quanto do ilegal e conseqüentemente da necessidade de se conduzir trabalho técnico social

simultaneamente para atender a forte demanda de capacitação também desses profissionais das aparas; nesse trabalho será muito importante também se poder contar com os meios de comunicação local. Foi dado destaque também para as irregularidades constatadas e a necessidade de busca conjunta de soluções. Quanto à fiscalização municipal foi considerada a importância de se identificar e capacitar esse grande número de profissionais envolvidos com a coleta, triagem e destinação de todos esses resíduos e descartes da sociedade atual nos rios e mananciais da região, como é o caso do rio referente ao Recanto da Cascata junto ao Departamento do Meio Ambiente e também de rios de Mairinque que, poluídos por esgotos e lixos, lançam suas águas poluídas nos mananciais de São Roque. Os Conselheiros presentes fizeram referências também sobre grupo de leis, dentro do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, pois em 2010 houve a elaboração de um Decreto sob número 8194 que se constitui em um verdadeiro Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Quanto ao caso FEHIDRO, o prazo do contrato da PETSUR com o Fehidro está definido para dia 24 de setembro deste ano, sendo a Primeira Audiência Pública agendada para julho e a segunda para agosto deste ano. Quanto ao processo de licitação do Lixo por concorrência pública o prazo estabelecido em São Roque foi de 5 anos; e quanto as questões ligadas à comunicação educadora e sensibilizadora da responsabilidade socioambiental de todos os setores de nossa economia local, se torna importante o investimento na educação de todos para as Políticas Públicas do Meio Ambiente com foco na reutilização do lixo orgânico em processos de compostagem, minhocario e uso também em hortas escolares. Uma das contribuições também fez referência à necessidade de ampliar a educação ambiental nas escolas e nas comunidades ao lado da importância de se investir na educação do trânsito para toda a população e em ambas as áreas faltam equipes, capacitações para as ações e sistemas de organização para as ações conscientizadoras. Frente a essa diversidade de problemáticas de crise na fiscalização, carência educacional, carência de gestão pública, ausência de defesa civil e de falta de equipes com capacitações o professor João assinalou a importância de se viabilizar parcerias com estagiários do IFSP local que, capacitados, poderiam ser envolvidos com o Departamento de Meio Ambiente prestando serviços à população e se capacitando no próprio processo de trabalho prestador de serviços em escolas e órgãos públicos dependentes de profissionais mais conscientes e habilitados a funções socioambientais e tecnológicas sustentáveis. Fruto dos diálogos mantidos foi proposto que os espaços disponibilizados pelo IFSP e contando com a colaboração de seu corpo de profissionais habilitados na educação ambiental e capacitação de equipes poderia se converter numa base de ação colaborativa com o Departamento de Meio Ambiente e com o próprio COMDEMA na programação de capacitações necessárias, cessão de espaços, de apoio de profissionais habilitados e de auditório para encontros, debates e audiências colaboradoras na solução de problemas socioambientais públicos, privados e da sociedade civil organizada. Paralelamente foi socializado com os novos membros do COMDEMA todo o trabalho conduzido com a colaboração da Cecília com suas pesquisas e propostas de novo projeto de lei que regulamenta o COMDEMA e dê suporte a seu trabalho de grande importância educacional e socioambiental no município e região. A presente gestão do COMDEMA tem se dedicado à revisão de leis e regulamentos e demanda reuniões com o Departamento de Meio Ambiente para juntos refletirem e construir caminhos saudáveis e colaborativos; uma das dificuldades atuais está no fato da SABESP não responder as questões encaminhadas tanto pelo IFSP, quanto pelo COMDEMA e pela ASSEA. Diversas temáticas estão sendo conduzidas de regulamentação das atividades do COMDEMA, como é o caso do estudo de construção, gestão e operação do seu Fundo Financeiro para dar suporte às suas obrigações e responsabilidades fiscalizadoras e proponentes de

soluções socioambientais. Uma das grandes questões colocadas na reunião diz respeito a: o que São Roque está fazendo para fiscalizar as invasões e os loteamentos irregulares que se espalham por várias regiões do município. Uma das propostas apresentadas deu destaque aos problemas de gestão, fiscalização e de campanhas em meio digital com folder e orientações de conscientização ambiental e de cidadania das populações dos meios urbanos e rurais. Paulo informa que a Prefeitura de Mairinque aonde trabalha atualmente está fazendo uma campanha via internet, face book, whatsapp através de pequenos folders de alerta para orientar sobre esses processos de vendas irregulares de áreas no município, onde se enganam os compradores de áreas irregulares e inclusive também a proprietários vendedores que desconhecendo as leis e a existência de problemas documentais que impedem sua regularização fundiária, disponibilizam a terra para venda em lotes, através de uma falsa imobiliária que vende os lotes e abandonam a área loteada, transferindo para o antigo proprietário todo o ônus dessas vendas irregulares. Fruto dessa complexa rede de exploração da ignorância e da ganância se torna indispensável o investimento em planos de ações estratégicas de controle e fiscalização de modo integrado entre os setores público, privado e da sociedade civil organizada para fazer frente e brecar essas atitudes danosas a qualidade de vida de nossas populações. Propôs que o Município de São Roque adote a mesma ação visto que teria um custo muito baixo ou zero se a equipe de Comunicação da Prefeitura de São Roque desenvolver a Campanha, a Sra. Juliana Caldevila falou que irá levar essa sugestão a seu Diretor o Sr. Claudinei Rosa. Paulo ainda salientou que seria ideal que essa campanha fosse feita concomitantemente entre os municípios de Mairinque e São Roque pois há muito problemas na divisa dos municípios. Como contrapor as ações do COMDEMA e do Departamento de Meio Ambiente, apoiados pelos demais Conselhos Municipais para, de modo interativo e complementar, fazer frente a tantos processos destruidores da cidadania local e da capacidade gestora dos seus órgãos públicos. Essa realidade atual exige que se priorize a viabilização, a gestão e o desenvolvimento do Fundo do Meio Ambiente para contribuir na viabilização dessas diferentes frentes de problemas a serem solucionados. A legislação atual é de 1958 e, portanto, totalmente desatualizada, frente a todas as mudanças já ocorridas; e isso nos leva a priorizar a atualização das novas regras a serem estabelecidas para serem capaz de viabilizar as mudanças necessárias de nossa sociedade atual, para que a vida cidadã se efetive e todos assumam a capacidade de assumirem sua parcela de responsabilidade humana, social e ambiental comprometida com a melhoria da qualidade de vida de toda a população. O vice-presidente tomando da palavra informa que a próxima reunião deve acontecer na terceira semana do mês de agosto, mas que neste mês, por ser feriado local no dia 15, a próxima Assembleia será transferida para a quarta feira, dia 22 de agosto; agradecendo a atenção e participação de todos os Conselheiros e visitantes presentes dá por encerrada a reunião e eu Ondalva Serrano na função de secretária redigi e assino a presente ata, que vai também assinada pelo senhor vice-presidente.


Ondalva Serrano
Secretária
RG: 2.488.147-8


Paulo Renato Massaro
Vice Presidente do COMDEMA
RG: 20.046.626-4